CONCILIG

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) DIRETOR (A) DA FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO

E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON MUNICIPAL DE MARACANAÚ - CE

F/A - PROTOCOLO: 25.05.0564.001.00023-3

CONCILIG TELEMARKETING E COBRANÇA LTDA.,

Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.684.859/0001-79, com sede

na Rua Antônio Alves n. 29-16, Vila Guedes de Azevedo, na cidade de Bauru/SP, CEP

17017-000, por intermédio de seu advogado e bastante procurador que a presente

subscreve vem, tempestivamente, apresentar seus ESCLARECIMENTOS À

RECLAMAÇÃO de número em epígrafe, que lhe promove WELYSTON ANTONY DA

SILVA ROCHA, pelos motivos fáticos e de direito abaixo elencados.

I - DOS FATOS

O autor relata que, em novembro de 2022, contratou um

empréstimo pessoal junto ao Banco Next, no valor de R\$ 24.288,93 (vinte e quatro mil

duzentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), com pagamento previsto em 40

parcelas de R\$ 887,90 (oitocentos e oitenta e sete reais e noventa centavos).

Informa que, após cerca de dois anos de inadimplemento,

a empresa CONCILIG entrou em contato oferecendo propostas de negociação, as quais

inicialmente não foram aceitas.

Afirma, ainda, que realizou uma contraproposta de

entrada no valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), mas que a CONCILIG não teria

compreendido sua resposta e acabou realizando um parcelamento sem sua autorização,

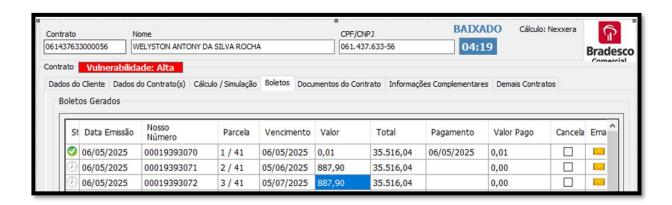
solicitando, assim, o cancelamento do acordo, o qual afirma não reconhecer.



II - DA REALIDADE DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Inicialmente, cumpre esclarecer que a empresa CONCILIG atua como assessoria de cobrança, responsável por intermediar negociações entre credores e devedores, sempre com estrita observância à legislação vigente e aos princípios da boa-fé, transparência e respeito ao reclamante.

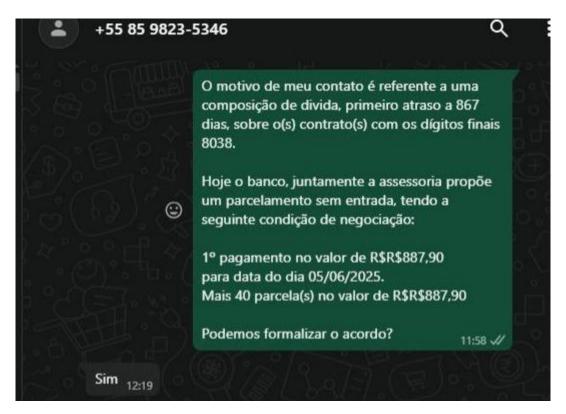
Em relação ao presente caso, após análise interna e consulta aos sistemas, constatamos que **houve a regular formalização do acordo, com plena ciência e aceite do autor** na data de **06/05/2025**, com vencimento da primeira parcela em **05/06/2025**, no valor de **R\$ 887,90**, parcelado em **40 vezes**.



Importante destacar que, na oportunidade da negociação, todas as condições do parcelamento foram devidamente expostas e esclarecidas ao autor, incluindo valores, prazos, forma de pagamento e encargos.

O reclamante **expressamente aceitou a proposta apresentada**, autorizando a formalização do acordo e o envio do boleto para pagamento do parcelamento da dívida. Assim, ao contrário do que alega, não houve qualquer imposição ou contratação sem a sua anuência.





Em que pese o inconformismo manifestado, não se verifica qualquer irregularidade na atuação da CONCILIG. O acordo foi formalizado de maneira legítima, mediante **consentimento livre, expresso e informado** do autor, em conformidade com as normas aplicáveis.

Não obstante, após a efetivação do acordo, **o contrato foi novamente baixado pelo Banco Next, credor e titular do crédito**, encerrando, assim, a atuação da CONCILING neste caso.

Com a baixa do contrato, cessou automaticamente todo e qualquer tipo de acesso ou gestão por parte desta assessoria, inclusive a emissão de boletos, atualização de valores ou mesmo o envio de comunicações ou acionamentos relacionados à cobrança.

Assim, eventual solicitação de cancelamento deverá ser formalmente apresentada junto ao Banco Next, titular do crédito, que possui competência para analisar e autorizar eventual desfazimento da negociação.



Diante do exposto, a CONCILIG reitera a regularidade de sua atuação, a validade do acordo formalizado e a inexistência de qualquer contratação sem o devido consentimento do autor.

Reafirmamos nosso compromisso com a ética, a transparência e o respeito aos direitos do autor, colocando-nos à disposição deste respeitável órgão e do reclamante para esclarecimentos adicionais.

III - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer o recebimento da presente manifestação e que sejam acolhidos os esclarecimentos ora prestados, com o consequente arquivamento da reclamação como NÃO FUNDAMENTADA, ante a ausência de irregularidade ou ilicitude na conduta da Concilig, que atuou dentro dos parâmetros legais e éticos, promovendo a negociação de forma clara, transparente e com o expresso consentimento do reclamante.

Reitera-se que a Concilig não possui mais qualquer gestão ou ingerência sobre o contrato em questão, o qual foi baixado pelo credor após a formalização do acordo, restando eventuais tratativas exclusivamente sob responsabilidade do Banco Next, titular do crédito.

Termos em que, pede deferimento.

Bauru/SP, 23-de maio de 2025.

REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI OAB/CE 24315-A